



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

CONSELHO DA CIDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA/CONFERÊNCIA DA CIDADE E CIENTIFICAÇÃO PARA CONSULTA PÚBLICA PARA AS ALTERAÇÕES NO QUE SE REFEREM A LEI COMPLEMENTAR DE PARCELAMENTO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ (Nº 465/2015), LEI COMPLEMENTAR DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ (Nº 483/2016) E LEI COMPLEMENTAR DE PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ (Nº 479/2016)

O **Município de Timbó**, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Indústria, Comércio e Serviços e do Conselho da Cidade, nos termos preconizados pelos art. 39 e art. 42, inc. VIII, da Lei Complementar nº 335/2007, Resolução nº 03/2014 do Conselho da Cidade, homologada pelo Decreto Municipal nº 6061/2021, Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), e considerando que:

- A Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), a Resolução nº 03/2014 do Conselho da Cidade, homologada pelo Decreto Municipal nº 6061/2021, determinam e recomendam que a **participação popular se de através de audiência pública/conferência da cidade e consulta pública** quanto a necessidade de alteração do Plano Diretor municipal;
- Tanto a Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), quanto o Plano Diretor do Município de Timbó, em que pese estabeleçam indispensável participação popular nas propostas de alteração do Plano Diretor, **não condicionam o momento de sua realização**;
- O município de Timbó vem promovendo estudos e reuniões visando a alterações e proposições para modificar e ajustar a Lei de Parcelamento do Solo (LC465/2015), Lei de Uso e Ocupação do Solo (LC 483/2016) e Lei de Perímetro Urbano (479/2016);
- Os Textos de Revisão com as proposições para as alterações da Lei de Parcelamento do Solo (LC 465/2015), Lei de Uso e Ocupação do Solo (LC 483/2016) e Lei de Perímetro Urbano (LC 479/2016), foram aprovadas pelo Conselho da Cidade de Timbó, em reuniões realizadas nos anos de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025, **estando aptas à deliberação popular**;





SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Desta forma, CONVOCA a população para a AUDIÊNCIA PÚBLICA/CONFERÊNCIA DA CIDADE visando à apresentação, discussão e aprovação da proposta, bem como CIENTIFICA PARA CONSULTA PÚBLICA nos seguintes moldes:

1 - AUDIÊNCIA PÚBLICA/CONFERÊNCIA DA CIDADE:

1.1 - O **Município de Timbó** convoca a população timboense para Audiência Pública/Conferência da Cidade que seguirá as regras preconizadas na Resolução nº 03/2014 do Conselho da Cidade, constantes do presente edital, e se dará na data de **28/08/2025 das 14h00 às 18h00 horas, de forma híbrida (presencial e on-line)**, na **Rua Honorato Tonolli - CEP: 89120-000, Bairro das Nações, Timbó/SC**, tendo por objeto de apresentação, deliberação e aprovação as alterações propostas da **Lei de Parcelamento do Solo (LC 465/2015), Lei de Uso e Ocupação do Solo (LC 483/2016) e Lei de Perímetro Urbano (LC 479/2016)**.

2 – DA DISPONIBILIZAÇÃO E CONSULTA PÚBLICA:

2.1 – As proposições ficarão disponíveis para acesso público, no site oficial do Município (endereço eletrônico: **<https://www.timbo.sc.gov.br/portal-do-cidadao/governamental/editais/>**).

2.2 – Durante o período de consulta, todo e qualquer cidadão poderá apresentar sugestões, através de envio de correspondência, protocolo físico ou por e-mail com identificação de seu signatário para os seguintes endereços físico e eletrônico:

Físico: Av. Getúlio Vargas, 700 – Centro – A/C Planejamento

Eletrônico: secretaria.planejamento@timbo.sc.gov.br

2.3 – As sugestões populares enviadas na forma dos itens 1.1 e 1.2 serão examinadas, quanto à respectiva viabilidade técnica, pela equipe técnica responsável.

2.4 – Durante o período de consulta, todo e qualquer cidadão poderá apresentar seus questionamentos e/ou sugestões, através de envio de correspondência com identificação para o endereço: **secretaria.planejamento@timbo.sc.gov.br**;

2.4.1 – Constitui identificação mínima para avaliação do requerimento: o nome completo, endereço, telefone e CPF;





SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

2.5 – As dúvidas e sugestões apontadas durante o período, serão avaliadas pela equipe técnica envolvida e respondidas/esclarecidas e deliberadas na Audiência Pública/Conferência da Cidade, a ser realizada nos moldes deste edital e da Resolução do CONCIDADE nº 03/2014;

2.6 - Não serão objeto de avaliação ou apresentação na Audiência Pública/Conferência da Cidade, dúvidas, apontamentos ou sugestões sem a regular identificação do cidadão;

2.7 - Os dados alusivos à identificação do cidadão não serão expostos na Audiência Pública/Conferência da Cidade, apenas a dúvida/sugestão/opinião, com o correspondente esclarecimento, salvo se o cidadão requerer e autorizar que a sua dúvida/sugestão/opinião seja identificada como de sua autoria.

3 – DO OBJETO DE APRESENTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E APROVAÇÃO:

3.1 – Constitui objeto de apresentação, deliberação popular na presente Audiência Pública/Conferência da Cidade, as alterações propostas na **Lei de Parcelamento do Solo (LC 465/2015)**, **Lei de Uso e Ocupação do Solo (LC 483/2016)** e **Lei de Perímetro Urbano (LC 479/2016)**.

4 - DO LOCAL, DATA E HORÁRIO:

4.1 - A Audiência Pública/Conferência da Cidade seguirá as regras preconizadas na Resolução nº 03/2014 do Conselho da Cidade constantes do presente edital e se dará na data de **28/08/2025** a partir de 14h00 às 18h00 horas, de forma híbrida (presencial e on-line).

4.2 A Audiência Pública/Conferência da Cidade será realizada na Rua Honorato Tonolli - CEP: 89120-000, Bairro das Nações, Timbó/SC.

4.3 O Município de Timbó realizará a transmissão ao vivo da Audiência Pública/Conferência da Cidade em questão, disponibilizando-a em seu site (www.timbo.sc.gov.br) e em sua rede social a seguir identificada:

Prefeitura de Timbó:

Youtube: <https://www.youtube.com/user/prefeituradetimbo>;





SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

4.4 Nos canais aos quais se refere o item 4.3, será disponibilizado endereço eletrônico, possibilitando a participação na presente Audiência Pública/ Conferência da Cidade através do chat do YouTube, com a devida identificação e inscrição prévia do participante.

5 DOS PARTICIPANTES, SEUS DIREITOS E DEVERES:

5.1 - Estão convocados a participar, presencialmente ou remotamente, da Audiência Pública/Conferência da Cidade setores governamentais, organizações de classe, empresas públicas e privadas e demais munícipes.

5.1.1 – A participação na Audiência observará os seguintes procedimentos:

I – É assegurado ao participante o direito de manifestação oral, mediante prévia inscrição, antes de iniciarem os trabalhos;

II – É assegurado ainda, o direito de manifestação por meio de chat nos canais de transmissão mencionados no Item 4.4, após a exposição completa da matéria, e pelo prazo definido pela Presidente;

III – As manifestações, via chat, observarão a ordem sequencial de inscrição, devendo ser informado o nome do participante. As situações não previstas neste edital no que diz respeito ao procedimento da Audiência Pública/Conferência da Cidade serão resolvidas pela Presidente do Conselho da Cidade ou aquele que, por ventura, a estiverem substituindo.

5.2 - A Audiência Pública/Conferência da Cidade será realizada com exposições e debates orais, na sequência e forma disciplinada neste edital, sendo facultada, somente quando imprescindíveis, a apresentação de documentos escritos.

5.3 - São direitos dos participantes:

I - Manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública/ Conferência da Cidade, respeitando as disposições previstas neste edital;

II - Debater as questões tratadas no âmbito da Audiência pública/Conferência da cidade;

5.4 - São deveres dos participantes:

I - Respeitar o presente edital;





SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

- II - Respeitar o tempo estabelecido para intervenção;
- III - tratar com respeito e civilidade os participantes e seus organizadores.

6. DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS:

6.1 - A Audiência/Conferência da Cidade será aberta e conduzida pela Presidente do CONCIDADE, que informará:

- I - As autoridades presentes;
- II - Apresentação da matéria da proposição a ser discutida; e
- III - explicação de metodologia a ser observada.

6.2 - Após a abertura, os trabalhos terão a seguinte ordem:

- I - apresentação dos objetivos e regras de funcionamento;
- II - apresentação das propostas;
- III - debates orais após a apresentação de cada tema;
- VII - encerramento.

6.3 - São prerrogativas do responsável pela condução dos trabalhos:

- I - designar um ou mais secretários para assisti-lo na condução dos trabalhos;
 - II - realizar ou delegar a apresentação das propostas;
 - III - decidir sobre a pertinência das intervenções orais;
 - IV - decidir sobre a pertinência das questões formuladas;
 - V - dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando o repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;
 - VI - alongar o tempo das elocuções, quando considerar necessário e útil.
- 6.4 - São atribuições dos responsáveis para secretariar e auxiliar na condução e organização da audiência/conferência:
- I - inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;
 - II - controlar o tempo das intervenções orais;





SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

III - registrar o conteúdo das intervenções;

IV - sistematizar as informações;

V - elaborar a ata da audiência/conferência e remetê-la à Secretaria Municipal de Planejamento, Indústria Comércio e Serviços.

7 DA FORMA DE DELIBERAÇÃO E VOTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA/CONFERÊNCIA DA CIDADE

7.1 - É condição para participar da deliberação e voto sobre a matéria, a prévia inscrição, a qual se dará da seguinte forma:

I. Presencial:

a) A inscrição será feita na própria audiência/conferência através do preenchimento de formulário próprio, que estará disponível a partir do início dos trabalhos.

b) As inscrições para manifestações encerrar-se-ão logo após a respectiva apresentação de cada Lei Complementar específica e/ou projeto de lei.

c) As fichas serão disponibilizadas pelos secretários responsáveis, devendo estas ser entregues aos mesmos, num prazo de até 5 (cinco) minutos após o término de cada exposição.

d) A ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores.

e) A manifestação dos inscritos se dará, preferencialmente, de forma oral, mas ocorrendo sua impossibilidade, poderão ser formuladas perguntas por escrito.

7.2 - Todos os inscritos, após a apresentação da alteração na Lei Complementar a ser revisada, disporá de 02 (dois) minutos para preleção individual, podendo reformular ou complementar sua manifestação no tempo adicional de 01 (um) minuto e deverá ater-se exclusivamente ao tema discutido.

7.3 - Todos os participantes terão direito a voz.

7.4 - Somente os participantes previamente inscritos no horário estabelecido terão direito a voz e voto.

7.5 - Não será permitida a cessão da palavra dos inscritos a terceiros.

7.6 - Os técnicos terão 2 (dois) minutos para responder eventuais perguntas dos participantes.





SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

7.7 - A dinâmica da Audiência Pública / Conferência da Cidade, a forma das inscrições e o tempo de manifestação poderão ser modificados pelo responsável pela condução dos trabalhos, segundo a conveniência e o andamento dos trabalhos, sobretudo para facilitar o entendimento da proposta e o recebimento das contribuições.

7.8 - As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante a Audiência Pública/Conferência da Cidade ou delas decorrentes, serão votadas pelos participantes previamente inscritos da seguinte forma:

7.8.1 - A votação será realizada pela identificação que cada participante irá receber no ato de sua inscrição, e a referida identificação terá uma face verde e outra vermelha.

7.8.2 No momento da votação, o participante com direito a voto deverá levantar a face verde caso concorde com a proposição de alteração apresentada na audiência/conferência, e levantar a face vermelha caso não concorde.

7.8.3 Será considerada aprovada ou não a proposição, através da maioria simples resultante da contagem dos votos proferidos pelos presentes no momento da votação.

II. Virtual:

7.9 - As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante a Audiência Pública/Conferência da Cidade ou delas decorrentes, serão votadas pelos participantes da seguinte forma:

7.9.1 A votação será realizada pela identificação dos participantes através de manifestação no chat durante a apresentação.

7.9.2 No momento da votação, o participante deverá manifestar-se no chat com as palavras FAVORÁVEL, caso concorde com a proposta de supressão apresentada ou CONTRÁRIO, caso não concorde com a proposta de supressão apresentada.

7.9.3 Será considerada aprovada ou não a proposição, através da maioria simples resultante da contagem dos votos proferidos pelos presentes no momento da votação.

8 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Será lavrada Ata da Audiência Pública/Conferência da Cidade com a síntese do ocorrido e o seu resultado, da qual constará:





SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

- I - O dia, a hora e o local de sua realização;
- II - O nome das autoridades, expositores e técnicos de apoio presentes;
- III - a lista de presença dos demais participantes, que deverá ser anexada à Ata;
- IV - Os fatos ocorridos na Audiência Pública / Conferência;
- V - A síntese dos debates orais;
- VI – Resultado da votação das proposições.

Timbó/SC, 29 de julho de 2025.

NICOLI PADILHA KLOCH

Secretaria de Planejamento, Indústria, Comércio e Serviço

